

Resenha

PUNTEL, L.B. 2006. *Struktur und Sein*, Tübingen: Mohr Siebeck. Tübingen, Mohr Siebeck, 687 p.

Estrutura e Ser (EeS) é o *opus magnum* do professor de filosofia, emérito pela Universidade de Munique, Lorenz B. Puntel. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma obra imponente, na qual não se pretende nada menos que desenvolver uma *filosofia sistemática*, no sentido estrito e mais ambicioso desta expressão. Apesar do caráter sistemático, no entanto, o livro contém discussões detalhadas de vários argumentos clássicos da história da filosofia. Um grande mérito da obra consiste justamente nisto: elementos históricos são discutidos e integrados numa perspectiva sistemática e uniforme, de modo que o leitor, em nenhum momento, perde a visão panorâmica da estrutura total do projeto.

Como o próprio autor esclarece no primeiro capítulo, o desenvolvimento de um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática é o seu objetivo principal. Sob “quadro referencial teórico” Puntel compreende “a totalidade de todos aqueles quadros teóricos [...], que de um ou de outro modo, constituem os componentes inelimináveis de um quadro referencial teórico (total) pressupostos por qualquer teoria” (Puntel, 2006, p. 30)¹. Esse quadro referencial teórico deve ser concebido concretamente (e não de modo abstrato ou formal); ele é plenamente determinado por meio da sua relação com seu conteúdo. Essa determinação plena é entendida como um processo teórico, no qual a passagem de um quadro referencial teórico subdeterminado para um plenamente determinado é realizada de modo que os elementos, que são meros objetos num estágio, são integrados, no próximo estágio, no próprio quadro referencial teórico como seu componente.

A Filosofia estrutural-sistemática é “quase-definida” em EeS como “a teoria das estruturas universais (mais gerais) do universo do discurso irrestrito” (Puntel, 2006, p. 35). Todos os conceitos dessa definição são esclarecidos. O conceito central de *estrutura* é extraído da matemática e caracterizado intuitivamente como “conexão ou mútua relação diferenciada e ordenada de elementos de uma entidade, região ou processo, etc.”, e definido, assim, de acordo com a terminologia matemática, como tripla composta de um conjunto de objetos, relações e funções. A expressão “universo do discurso”, introduzida por de Morgan, deve representar o domínio irrestrito de objetos, que abrange completamente tudo o que pode ser tematizado. Essa tematização irrestrita é possibilitada por meio de uma linguagem também irrestrita (a assim chamada tese da fundamental expressabilidade da realidade). As estruturas mais gerais são aquelas que estruturam todo o universo do discurso enquanto tal.

Pertence ao corpo das intuições básicas do livro a suposição de que uma das tarefas centrais da filosofia sistemática consiste na superação do abismo entre Ser

¹ Todas as referências usam a paginação da edição original em alemão, tendo em vista que o autor desta resenha não teve acesso à tradução em português. Para uma versão em português ver Puntel (2008).

(Realidade) e Pensamento (Representação). O autor defende uma concepção realista, segundo a qual o mundo possui intrinsecamente uma estrutura, ou seja, uma estrutura que não é projetada sobre ele. O universo do discurso, que nos é dado de modo pré-teórico, precisa ser integrado pela filosofia na dimensão da estrutura teórica formal-semântica-ontológica. Puntel defende também aqui a tese metafísica forte, de que existe uma unidade originária entre Ser (mundo/universo), por um lado, e estruturas formais-conceituais (semânticas), por outro lado. Essa intuição não é propriamente original ou nova, mas a estratégia e o detalhamento na sua explicitação são certamente sem precedentes.

Para a construção do quadro referencial teórico sobre tal pano de fundo realista, o autor propõe um método complexo de quatro níveis. No primeiro nível, a estrutura é trabalhada de modo mínimo e informal a partir do dado básico (datum); no segundo nível, constitui-se uma teoria mais sistemática. No terceiro nível, essa estrutura é integrada num sistema, cuja adequação é, finalmente, avaliada no quarto nível. Importante para a correta compreensão do projeto geral é a utilização do método coerencialista, não estruturado de modo linear hierárquico, em contraposição aos métodos axiomáticos usuais.

Dada a enorme pretensão de abrangência e fundamentalidade e posto, simultaneamente, o caráter não axiomático do projeto, torna-se necessário o esclarecimento da noção de fundamentação. Partindo de uma análise da discussão contemporânea sobre a problemática da auto-fundamentação, Puntel desenvolve um procedimento próprio de fundamentação sistemática de três níveis, que corresponde a sua concepção coerentista e não fundamentalista, segundo a qual um enunciado só pode ser considerado fundamentado se integrado na constelação de outros enunciados. No primeiro nível, "inchoativo" da fundamentação, realiza-se uma determinação global inicial do quadro referencial teórico adequado. Tal determinação é, todavia, plenamente teórica (segundo o critério da maior inteligibilidade) e não pragmática. No segundo nível, "intra-sistemático", determina-se o "lugar" do enunciado no sistema conceitual. O terceiro nível, "meta-sistemático" de fundamentação, baseia-se na intelecção da coerência relativamente máxima. A teoria, na qual se integra o enunciado, é julgada "teleologicamente", segundo seu grau de inteligibilidade fundamental e comparativa (em relação a outros sistemas concorrentes), além da sua relativa completude.

No segundo capítulo, Puntel explica por que concebe a filosofia como um empreendimento teórico e o que isso significa. Os principais temas aqui são a linguagem e o saber/conhecimento. A apresentação teórica (não estética ou ética) da totalidade do universo do discurso ocorre na dimensão da linguagem. Das várias dimensões da linguagem, a dimensão da "comunicação teórica" (e não a pragmática cotidiana) é a mais importante para a filosofia, posto que nesta se expressa o mundo em suas estruturas fundamentais. O autor analisa diferentes concepções da relação entre a linguagem natural e a linguagem filosófica. A linguagem natural é uma linguagem de comunicação com objetivos da vida cotidiana, motivo pelo qual ela não é completamente desenvolvida em sua dimensão "indicativa". Ela é, segundo Puntel, um ponto de partida natural, que precisa ser superado por meio de uma linguagem filosófica mais acurada.

Posto que as categorias pragmáticas superficiais das sentenças (indicativa, imperativa, etc.) não são suficientes para delimitar a dimensão teórica da linguagem das dimensões estética e prática – existe, por exemplo, sempre a possibilidade de se transformar uma sentença imperativa como "empresta-me aquele livro" numa sentença indicativa "eu gostaria que você me emprestasse aquele livro" –, Puntel introduz um recurso de determinação das funções das sentenças. Existem três operadores sentenciais: um teórico, um prático e um estético. Esses operadores, semelhante aos operadores modais, são aplicados a sentenças bem formadas e geram, novamente, sentenças bem formadas. O operador teórico é extraído do *Tractatus* de Wittgenstein (sem assumir o seu caráter de contingencialidade): "é o caso que ...".

É questionável, no entanto, se a introdução dos operadores resolve o problema como pretendia o autor. A sentença “é o caso que você sempre deve dizer a verdade” contém o operador teórico e é certamente sintaticamente bem formada, apesar da sua natureza claramente imperativa. Segundo Puntel, os três operadores são co-originários e não mutuamente redutíveis. No entanto, ele considera o operador teórico mais fundamental e universal, posto que ele pode ter os outros dois no seu escopo” (Puntel, 2006, p. 126). O operador prático, por sua vez, não pode ter nem o operador teórico, nem o operador estético no seu escopo – isso seria filosoficamente absurdo. O mesmo vale para o operador estético. O critério de Puntel para significatividade filosófica – não seria significativo exigir que seja o caso que p – é certamente controverso: uma sentença como “deve ser assim, que seja o caso que os seres humanos se respeitem mutuamente”, apesar de ser estilisticamente criticável, não pode ser considerada sintaticamente (logicamente) mal formada. Autores da tradição pragmática, como Searle, por exemplo, aceitam tal aplicação do operador prático sobre o operador teórico em sua teoria, a saber na direção de ajuste entre mundo e palavra: existe a direção de ajuste palavra-mundo (por exemplo, em uma constatação), a direção de ajuste mundo-palavra (por exemplo, numa promessa ou ordem) e direção de ajuste nula (no pedido de desculpa, por exemplo). Assim, a tese de Puntel de que “como as coisas se comportam no mundo não pode ser dependente de quaisquer exigências (Aufforderungen)” é, no mínimo, questionável. A sua intuição básica parece ser que a filosofia teórica (a Verdade) é anterior à ética (ao Bem). Mesmo que isso possa ser considerado sustentável e até mesmo correto, não se pode concluir que seja evidente ou que a posição contrária seja absurda. Quando se observa a história da filosofia, pode-se constatar que a prioridade do Bem sobre o Factual/Verídico foi freqüentemente defendida na grande tradição metafísica. Lembre-se de Platão, em cujo sistema, a idéia de Bem é considerada princípio máximo, e de Leibniz, segundo o qual, o critério de pertencer à melhor totalidade é o critério de atualização e/ou existência.

Além da verdade, também o saber/conhecimento constitui um tema central do segundo capítulo de EeS. Puntel analisa a definição clássica de saber como crença verdadeira justificada, ou seja: S sabe que P se e somente se P é verdadeiro & S crê que P & S está justificado em crer que P . Ele faz a diagnose de uma circularidade no primeiro membro da conjunção da definição: este contém o conceito de crença, pois é *verdade que P só pode ser compreendido como crê-se que P seja verdadeiro*. Como toda tentativa de eliminar esta circularidade conduz a outras dificuldades, Puntel propõe sua própria definição de conhecimento, na qual a verdade é situada explicitamente no escopo da crença do sujeito cognoscente: S sabe que P se e somente se S crê que P seja verdadeiro e S crê que sua crença que P seja verdadeiro é justificada. A dificuldade desta proposta é clara: se “é verdade” e “é justificada” estão no escopo do sujeito, segue-se necessariamente um relativismo. De “Paulo V crê que a Terra está no centro do Universo e Paulo V crê que está justificado em crer que a Terra está no centro do Universo” segue que “Paulo V sabe que a Terra está no centro do Universo”. Mesmo a concepção universal do sujeito (simbolizado por “ S_u ”) não resolve o problema. A coincidência entre universalmente subjetivo e objetivo é discutida neste contexto, mas não se pode considerar esclarecida. Quando se pode usar S_u ? Quando todos (ou a maioria) dos sujeitos racionais acreditam que P ? De fato, Puntel mesmo reconhece, nas observações finais desta seção, que de S_u acredita que P , não segue que P . Aparentemente, portanto, S pode saber que P , sem que P seja objetivamente verdadeiro. Se isso for verdade, podemos concluir que Puntel não definiu “saber”, pelo menos no sentido intuitivo e usual da palavra, mas apenas “crença coletivamente compartilhada”. Essa tensão só é diluída quando o autor, mais tarde na obra, de fato sugere a defesa explícita de um relativismo epistêmico.

Depois de discutir detalhadamente tanto o conceito empirista-construtivista como o conceito estruturalista de teoria, Puntel desenvolve o seu próprio conceito estrutural (não estruturalista). Para isto supõe três elementos básicos: a linguagem, a estrutura e o universo do discurso. A determinação plena da dimensão da teoreticidade resulta apenas da conjunção de linguagem, conhecimento e conceito estrutural de teoria. O nível mais alto de determinação da dimensão de teoreticidade, a sua “plena determinação”, só é alcançada através da determinação do seu estatuto de verdade. *Verdade* é o conceito conclusivo da dimensão de teoreticidade. Constatada a confusão muito difundida entre a palavra “verdade” e o conceito (ou os diferentes conceitos) de verdade, Puntel propõe um esclarecimento orientado na concepção de Tarski, na qual a seguinte compreensão intuitiva de verdade é central: um enunciado é verdadeiro se ele diz que as coisas se comportam de tal maneira, e as coisas de fato se comportam de tal maneira. Puntel sugere uma concepção que é, ao mesmo tempo, radicalmente substancialista e radicalmente deflacionista. Posto que essa concepção é intimamente ligada ao princípio do contexto, e assim muito mais compatível com a concepção de verdade como operador do que a concepção de verdade como predicado de sentença, o autor opta pela primeira. Neste sentido, desenvolve uma estratégia de três níveis para a determinação da linguagem. No primeiro nível, a linguagem é completamente determinada pelo contexto da vida cotidiana. No segundo nível, é incorporado o aspecto pragmático, e no terceiro, o aspecto semântico. O último se diferencia dos dois primeiros na medida em que é imanente à linguagem: no vocabulário semântico – que contém a expressão “é verdade” – ocorre a plena autodeterminação da linguagem.

No terceiro capítulo, Puntel trata da sistemática estrutural, que consiste de três estruturas fundamentais: a formal, a semântica e a ontológica. A exposição extremamente clara, e ao mesmo tempo não simplista do problema fundamental, a saber, como o Pensamento e o Ser a ser pensado se relacionam, e como isso foi tratado ao longo da história da filosofia, é certamente um dos grandes momentos do livro. Aqui, a erudição em história da filosofia do autor e o seu ímpeto sistemático convergem de modo altamente frutífero. Apesar de defender que a dimensão do compreender é primária, ele não conclui, semelhante a Kant, que a dimensão do Ser a ser compreendido permanece inacessível.

No centro deste capítulo, está a explanação da relação das duas estruturas fundamentais, a formal e a semântica-ontológica. Puntel defende que a articulação lingüística é essencial para o conteúdo conceitual. Se a articulação lingüística fosse externa ao conteúdo, seria um mistério que o conteúdo pudesse ser articulado pela linguagem, como factualmente ocorre (Puntel, 2006, p. 229). Por “dimensão estrutural formal” se compreende a dimensão matemática e lógica. Uma tese central do autor, e que mereceria uma análise mais acurada, é a de que todas as sentenças declarativas são ontologicamente carregadas. Mesmo sentenças que apenas estabelecem a sintaxe de uma linguagem expressam uma proposição, que é identificada com um “fato primo”, e, por isso, não podem ser consideradas ontologicamente neutras ou inertes. Com este argumento, Puntel quer tornar plausível a idéia de que até mesmo a dimensão formal tem um estatuto ontológico. Parece-me, no entanto, questionável a sua conclusão de que operadores lógicos têm um estatuto ontológico só porque eles podem estruturar coisas reais (Puntel, 2006, p. 244). Também parece bastante problemática a qualificação de sentenças que estabelecem a sintaxe da linguagem – e que não são enunciados com pretensão de verdade numa certa linguagem L – como “declarativas” e passíveis de valor de verdade. Tais sentenças são normativas, e não declarativas.

Uma das teses mais características de Puntel, não apenas nesta obra, mas numa série de outras publicações, é a de que a ontologia e a semântica são duas faces da mesma moeda, de modo que teses semânticas sempre têm implicações

ontológicas (e vice-versa). Em EsS, essa tese é associada a uma outra tese recorrente de sua produção bibliográfica (veja Puntel, 2001, 2002), que é a rejeição do princípio de composicionalidade e a ontologia de substância correspondente. Puntel identifica, neste contexto, talvez rápido demais, substância com objeto. Objeto é, para ele, apenas uma outra expressão para a categoria de substância (Puntel, 2006, p. 254). Dada tal identificação, Puntel se considera legitimado a concluir que sua crítica ao princípio de composicionalidade semântica vale como uma refutação de qualquer ontologia de objetos. Penso que aqui seriam necessárias distinções mais finas, afinal, defensores de uma ontologia de objetos não são necessariamente comprometidos com uma ontologia Aristotélica de substância (com exigências fortes de unidade, identidade, base de substrato, distinção de propriedades essenciais e acidentais, etc.). Um exemplo seria Frege com sua ontologia de objetos e conceitos, ou Mertz (2004) com sua ontologia de particulares sem substratos. Em todo caso, correta é a diagnose de Puntel de que na lógica de predicados de primeira ordem são utilizados termos individuais que pretendem referir a algo, sem que o estatuto dessa referência seja esclarecido. Raramente os lógicos se ocupam com as pressuposições ontológicas de sua disciplina. A referência de termos singulares, isolados de suas ocorrências em predicções (como em "Fa"), parece algo completamente indeterminado. Na sua solução para esse problema, Puntel se inspira na estratégia de Quine para eliminação de termos singulares, extraíndo, no entanto, conseqüências ainda mais radicais que o próprio Quine. Puntel defende uma versão bastante forte do princípio do contexto, a qual seria, segundo ele, incompatível com o princípio de composicionalidade. Na sua semântica baseada no princípio do contexto, os antigos predicados (o "F") são convertidos em (ou interpretados como) sentenças primas (não devem ser confundidas com "sentenças elementares" ou "simples"). A sentença "o gato está sobre o sofá e mia" é parafraseada como (numa construção um pouco artificial no vernáculo) "está gatando miantemente sobre o sofá". Sentenças primas expressam proposições primas, que podem ser concebidas como conteúdos informativos. A questão sobre os critérios de identidade para tais proposições é solucionada com um simples e original recurso à noção de semelhança de família de Wittgenstein, permitindo assim diferentes graus de identidade.

O esclarecimento do conceito de verdade contém, finalmente, a chave para a compreensão de como se deve conceber a unidade das três estruturas fundamentais (formal, ontológica e semântica). Verdade é o estatuto plenamente determinado da conexão das três estruturas fundamentais. Por meio da atribuição de verdade, uma sentença passa do estatuto subdeterminado para o plenamente determinado. Uma sentença é plenamente determinada quando sua dimensão ontológica emerge e se revela explicitamente. Do ponto de vista técnico, "verdade" é definida como operador sentencial catafórico composto de três funções. Formalmente: "é verdade que p " \leftrightarrow deve ser determinado semanticamente que $p \leftrightarrow$ é semanticamente plenamente determinado que $p \leftrightarrow$ é um fato que p ". Este conceito de verdade composto de vários níveis deve preservar a dimensão ontológica da verdade e, ao mesmo tempo, o cerne verdadeiro da chamada "teoria da disquotation".

Da tese de que existe uma pluralidade de quadros referenciais teóricos segue naturalmente o relativismo, segundo o qual a verdade de cada sentença só pode ser determinada relativamente a um certo quadro referencial teórico. Para evitar a famosa antinomia do relativismo (a sentença "toda verdade é relativa" é também relativa?), Puntel rejeita a identificação de "absoluto" e "independente de qualquer quadro referencial teórico". Inspirado na semântica dos mundos possíveis, Puntel sugere, de modo bastante original, compreender "absoluto" como "verdadeiro em todos os quadros referenciais teóricos" (de modo análogo como "necessário" é definido como "verdadeiro em todos os mundos possíveis"), o que, evidentemente, não leva a nenhuma antinomia. Este próprio enunciado pertence, por sua vez, à

meta-dimensão, que surge da atitude intuitiva-prospectiva-holista do teórico. Vale notar, todavia, que os exemplos mencionados por Puntel para verdadeiro em todos os quadros referenciais teóricos são duvidosos, a saber o princípio de não contradição (lembre-se da lógica paraconsistente) e o princípio de razão suficiente (que certamente não vale em todos os quadros referenciais teóricos).

A partir do quarto capítulo, o autor se dedica à dimensão do Ser ou do mundo. Puntel identifica dois temas principais de uma filosofia da natureza sistemática: a questão da composição estrutural-categorial da natureza e a problemática da diferença ontológica entre as várias dimensões da realidade. Como Puntel rejeita a noção de substância e a substitui pela categoria da configuração, também a noção clássica de pessoa (sujeito) precisa ser compreendida nesses novos moldes. Uma pessoa é assim caracterizada como uma configuração de fatos primos complexos. Neste sentido, ele procura tornar o conceito de configuração mais preciso. Três recursos formais são excluídos deste processo: a teoria de conjuntos, a mereologia e a conjunção lógica. Uma configuração não é um conjunto, posto que a noção de conjunto não tem expressividade suficiente para articular a complexidade de uma tal configuração. Um conjunto não tem estrutura interna, que seria necessária para uma unidade genuína, como é o caso da pessoa. Algo semelhante vale para a fusão mereológica e para a conjunção lógica. A pessoa é vista, assim, como uma configuração heterogenia bastante complexa de fatos primos. Fatos primos essenciais são os elementos necessários de um sujeito, como vontade, intelecto e consciência. A unidade fundamental do sujeito se articula no poder dizer "eu". Característico para o ser humano, além disso, é a co-extensionalidade da sua intencionalidade com a totalidade do Ser (*anima quodammodo omnia*). Como a unidade do sujeito não é construída por algum processo, portanto, ela deve ser considerada originária. Esta é entendida como a faculdade de compreender sua posição sistemático-intencional no sistema total. Autoconsciência não é resultado de reflexão, mas uma auto-referência ontológica pré-reflexiva da unidade mesma.

Como profundo conhecedor da tradição pré-analítica, Puntel vê criticamente a estreiteza temática da filosofia analítica. Isso vale de modo especial para a antropologia filosófica. Ele se esforça, neste sentido, para desenvolver o quadro referencial teórico para uma concepção não materialista do ser humano. Ele critica todas as tentativas na filosofia da mente contemporânea de reduzir o mental ao físico. Depois de mostrar as fraquezas intrínsecas do fisicalismo, ele propõe o seu próprio "argumento direto do 'conhecimento'" contra o fisicalismo. Mas a sua afirmação de que o nosso conhecimento de uma galáxia "real" distante da Terra não seria fisicamente explicável é pouco convincente. Do fato de que nenhum sinal pode se mover com velocidade maior do que a da luz, conclui Puntel a estranha tese de que "não poderíamos alcançar nenhuma outra galáxia" (p. 386). O seu argumento consiste na tese da co-extensionalidade entre o espírito humano e o universo. Questionável é, em particular, a sua idéia de que uma concepção da intencionalidade como estado subjetivo levaria a uma visão insustentável sobre o nosso conhecimento real do mundo: seria como um "milagre [...] que nós humanos realmente podemos conhecer galáxias reais, o que implicaria que nós a 'alcançamos' ou 'encontramos'" (Puntel, 2006, p. 473). Não me parece, de forma alguma, que uma teoria do conhecimento fisicalista precise supor algum milagre para explicar que galáxias enviam sinais físicos que nos alcançam (nós não precisamos "alcançá-las"), gerando em nós certos estados subjetivos que constituem conhecimento "real".

À dimensão da realidade pertence também a ética. Mas a ética é associada a um caráter fundamentalmente ambíguo: é ela uma disciplina prática ou teórica? E se ela é "prática", em que sentido ela o é? Puntel argumenta a favor de uma concepção cognitivista da ética: as sentenças da ética têm, assim como as sentenças teóricas, um valor de verdade. Uma sentença como "os direitos fundamentais

de cada ser humano devem ser respeitados” é interpretada como contendo um operador teórico-geral: “é o caso que é em princípio obrigatório que os direitos de cada ser humano sejam reconhecidos” – o que revela seu caráter descritivo-teórico. Uma sentença eticamente verdadeira expressa uma proposição que é identificável com um fato ético. Isso leva imediatamente à questão do estatuto ontológico das entidades morais. Segundo Puntel, normas éticas têm um estatuto ontológico de segunda ordem. Argumentos análogos são desenvolvidos para o caso da estética.

A totalidade do real é constituída, segundo Puntel, por três domínios: o cosmológico, o religioso e o histórico. No que concerne o primeiro domínio, Puntel mostra de modo convincente, como teorias físicas são freqüentemente usadas de maneira imprópria para sustentar teses metafísicas. Isso decorre, muitas vezes, do desconhecimento do próprio estatuto dos enunciados científicos. O fenômeno da religião é explanado com auxílio da tese central da co-extensionalidade intencional do ser humano com o universo que abrange o ser humano não somente em sua dimensão teórica, mas também prática e concreta. Na avaliação das diferentes religiões mundiais, Puntel acentua o fato inegável de que somente o cristianismo desenvolveu uma teologia sistemática extremamente sofisticada. Mesmo que essa diagnose histórica seja correta, permanece questionável se desse fato contingente poderia ser extraída a conclusão de alguma superioridade intrínseca, em qualquer sentido dessa palavra, do cristianismo sobre as outras religiões. Pois é claro que esse fato histórico revela que o Deus cristão pode ser racionalmente pensado, mas o não desenvolvimento de uma teologia sistemática nas outras religiões não implica logicamente que isso não teria sido ou não é possível.

Puntel defende também a necessidade de uma teoria filosófica da história da humanidade. Ainda neste contexto, ele critica o argumento do regresso ao infinito de Nagel contra a possibilidade de uma resposta à questão do sentido de tudo: a questão pelo sentido só pode ser respondida se relativizada a um contexto maior, e isso não é mais possível no caso particular da própria totalidade.

A tarefa de explicitar a conexão de todas as estruturas é cumprida no quinto capítulo. O primeiro passo consiste na solução do problema da lacuna (*gap problem*): o abismo entre pensamento e realidade pode ser superado? Puntel rejeita a suposição realista de que o mundo exista, ou pudesse existir, em completa independência de espírito e linguagem: isso não seria inteligível nem aceitável. Ele analisa diferentes posições defendidas na história da filosofia. A sua crítica a Putnam (na sua última posição), desenvolvida sob influência da filosofia de Wittgenstein, é, infelizmente, apenas um esboço, restringindo-se à observação de que essa posição reduziria a filosofia à trivialidade. A sua crítica à filosofia transcendental de Kant, segundo a qual as próprias afirmações da *Crítica da Razão Pura* se auto-refutariam na medida em que elas não concernem às estruturas “reais” do pensamento, mas apenas a sua aparência é certamente polêmica, mas interessante e mereceria exame aprofundado.

Outra tese central e original de Puntel é a da fundamental expressabilidade do Real. Existe uma linguagem teórica filosófica de exposição que se diferencia radicalmente da linguagem ordinária, centrada na comunicação? Na linguagem teórica filosófica, a correspondência entre a semântica e a ontologia é determinada pelo critério da maior inteligibilidade. A mais polêmica das teses neste capítulo é certamente a de que essa linguagem filosófica é constituída de uma quantidade infinita não enumerável de expressões. Claro que tal linguagem tem um caráter matemático-abstrato na medida em que enquanto estrutura de articulação (e não originariamente de comunicação) não pressupõe necessariamente sujeitos falantes ou usuários. O argumento para a tese da não enumerabilidade das expressões é apresentado de modo detalhado e tecnicamente correto, mas questionável de outros pontos de vista. Puntel esclarece que uma linguagem, neste sentido abstrato e não pragmático, não precisa satisfazer os critérios padrões de aprendizagem (numero

finito de expressões) para que possa ser considerada uma linguagem. Mas a sua suposição ontológica forte da linguagem, ou, mais geral, a sua concepção da natureza ontológica da dimensão teórica, segundo a qual não apenas mundo e sujeitos são entidades, mas também conceitos, teorias, etc., é surpreendente. Puntel não parece ser simpático à navalha de Ockham (é sintomático que no enorme índice remissivo de temas e nomes, o nome de Ockham e a expressão “redução” não sejam alistados). Os seus argumentos para essa ontologização radical e abrangente não me parecem convincentes. Ele afirma, por exemplo, para fundamentar a tese de que teorias são entidades reais, que sujeitos pensantes e teorias são produtos da evolução da natureza e que assim “chegam à existência” (Puntel, 2006, p. 538) no espaço e tempo e, mais, que “teorias ocorrem na natureza”. Mas se teorias “chegam à existência” por meio de uma evolução natural, torna-se incompreensível de que maneira essa sua linguagem abstrata com um número não enumerável de expressões “chegaria à existência”, se ela nunca é atualizada. Ou se admite um Platonismo de entidades da linguagem e teorias (“teorias não são criadas, elas são descobertas”) e se abdica, conseqüentemente de afirmações sobre entidades que “chegam à existência”, ou se assume uma posição mais nominalista e, então, se assume a tarefa de mostrar como tal linguagem infinita chega à existência (o que, naturalmente, não pode ser feito, posto que nunca seria plenamente atualizável). Interessantes neste contexto são as observações de Puntel sobre a avaliação da adequação teórica dos quadros referenciais teóricos.

Para cumprir a difícil tarefa a qual se propõe, a de superar o abismo entre o pensamento e a linguagem, o autor recorre à determinação de que a dimensão do Ser não inclui apenas Ser no sentido positivo (de Heidegger), mas também a dimensão do sujeito e das teorias. Isso exige que se refute qualquer argumento contra a possibilidade de um discurso sobre totalidades omniabrangeentes, como, por exemplo, o argumento de Grim. Também a discussão contemporânea sobre mundos possíveis é examinada por Puntel. Ele critica essa discussão, especialmente o realismo modal de Lewis: fala-se de uma pluralidade de mundos, sem que se levante a questão sobre de qual plataforma teórica essa teoria é erigida. É necessário assumir uma dimensão omniabrangeente do Ser, que não se subsume simplesmente a um dos mundos possíveis, mas a partir da qual todo discurso sobre a pluralidade de mundos possíveis faz sentido. A determinação do que é exatamente essa dimensão do Ser é uma das tarefas mais árduas de todo o livro, posto que essa dimensão precisa incluir os próprios elementos de explicitação (a dimensão teórica), na qual se gera uma espécie de auto-explicitação. Os seus elementos principais (que não podem ser compreendidos com os mesmos padrões em que se compreendem as propriedades de coisas) são inteligibilidade, coerência universal, expressabilidade universal, Bem (no sentido clássico de que *omne ens est bonum*) e Beleza.

Ainda neste capítulo, Puntel oferece uma prova para a existência de uma dimensão “absolutamente necessária”. A prova se baseia na afirmação de que o conceito do nada absoluto é auto-contraditório. Mesmo o conceito de “possibilidade do absolutamente nada” é paradoxal, posto que possibilidade é sempre “possibilidade de ser algo”, e o absoluto nada, assim, não poderia ser. Essa “prova” pode ser rejeitada por diferentes motivos. Em primeiro lugar, a aplicação do operador modal (que é um operador sentencial) ao nada (que certamente não é uma sentença, proposição ou nada equivalente) é um erro sintático. No seu cerne, a prova pretende estabelecer que “o absoluto nada não pode ser” (Puntel, 2006, p. 594); disso seguiria que “possível” não pode ser corretamente aplicado a “absolutamente nada”. Mas se “possível X” não é sintaticamente correto, então “não possível X” também não poderia ser aceito como sintaticamente correto, posto que esta é apenas a negação da primeira (e, particularmente, desconheço qualquer sistema que considere sintaticamente ilegítima sintaticamente ilegítima a aplicação de

uma negação a uma fórmula bem formada). Em segundo lugar, na prova se faz uso da noção de “absoluto nada”, apesar de que o autor considera essa noção um “impensável anti- ou pseudo-conceito” (*undenkbarer Unbegriff*). Uma prova que faz uso essencial de um pseudo-conceito é, na melhor das hipóteses, uma pseudo-prova. E se tal conceito não for um pseudo-conceito, então a conseqüência pretendida da sua impossibilidade de “realização” (“atualização”, ou qualquer outra noção similar) não poderia mais ser extraída. Finalmente, se fosse correto que nem tudo é contingente, seguiria apenas das suas definições (Puntel, 2006, p. 590) que necessariamente existe algo, mas não que existe algo “absolutamente necessário” (o que o próprio autor explicitamente não quer identificar com simplesmente “necessário”), ou seja, incondicionado e completamente independente. Afinal, “provado” (supondo que a prova foi conclusiva) foi apenas que o “absoluto nada” não é possível, de onde se segue que pelo menos alguma coisa precisa existir necessariamente – mas isso não implica que essa coisa que existe seja necessária (“é necessário que exista algo” não é equivalente a “existe algo que é necessário”), e muito menos absolutamente necessário (incondicionado).

A tese da existência de uma dimensão absolutamente necessária leva, no final do quinto capítulo, à tese de que a dimensão contingente é dependente daquela, que, aliás, de acordo com o princípio da hierarquia ontológica (“algo de nível ontológico superior não pode emergir ou ser explicado a partir de algo de nível ontológico inferior”), deve ter uma natureza espiritual.

No sexto e último capítulo, Puntel reflete, numa perspectiva meta-sistemática, sobre o estatuto teórico da filosofia, que se orienta no critério da inteligibilidade e da coerência relativamente máxima. Ele distingue uma meta-sistemática imanente, compreendida como teoria da conexão de todas as estruturas e dimensões do Ser da filosofia sistemática, e uma meta-sistemática externa, na qual uma filosofia sistemática é avaliada de uma perspectiva teórica externa. Como excelente conhecedor das variadas correntes e tradições filosóficas, em particular do idealismo alemão e da filosofia analítica, Puntel oferece sugestões práticas para a discussão teórica frutífera entre essas correntes, as quais são certamente recomendáveis a qualquer filósofo de orientação sistemática (“não puramente histórica”).

Ser e Estrutura não é um livro para o grande público. As várias discussões técnicas, a abrangência dos temas tratados e a dimensão meta-filosófica da obra só são acessíveis ao filósofo com alguma experiência e maturidade. A pretensão de uma completa re-orientação radical de todo saber filosófico soa hoje completamente extemporâneo. A filosofia contemporânea, e, em particular, a filosofia analítica se encontra numa fase da ciência normal – para usar uma expressão de Kuhn. Mas exatamente por isso SeE é paradoxalmente atual. O tratamento fundamentado do autor, tanto da tradição analítica como da tradição continental, mostra como um diálogo não é apenas possível, mas também necessário e frutífero.

Referências

- MERTZ, D.W. 2004. Objects as hierarchical structures: a comprehensive ontology. In: H. HOCHBERG; K. MULLIGAN (eds.), *Relations and Predicates*. Frankfurt, Ontos.
- PUNTEL, L.B. 2001. Truth, sentential non-compositionality, and ontology. *Synthese*, 126:221-259.
- PUNTEL, L.B. 2002. The concept of ontological category: a new approach. In: R. GALE (ed.), *The Blackwell Guide to Metaphysics*. Oxford, Blackwell, p. 110-113.
- PUNTEL, L.B. 2008. *Estrutura e Ser. Um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 682 p.